

PROJECTO EUROPA



INFORMAÇÃO

N.º 4 • DEZEMBRO 1990



GRUPO LIBERAL, DEMOCRÁTICO E REFORMISTA

EDITORIAL

A caminho da União Política Europeia

O Governo português e, naturalmente, o Grupo Europeu do PSD têm-se batido pelo reforço da dimensão política da Europa Comunitária através da construção progressiva de uma União Política entre os Doze. Este objectivo, claramente proposto no Programa Eleitoral que o PSD apresentou aos eleitores em 1989, revelou-se cada vez mais necessário e actual como resposta adequada aos desafios impostos pelas profundas mudanças ocorridas no passado recente na cena internacional e face à evolução que se adivinha para a última década deste século e para o início do terceiro milénio.

Nesta perspectiva, as conclusões do Conselho Europeu, reunido em Roma nos dias 14 e 15 de Dezembro com a presença dos Chefes de Estado e de Governo dos Doze, são francamente promissoras ao apontarem um conjunto de orientações correctas e essenciais para as Conferências Intergovernamentais que irão propor as necessárias alterações aos Tratados. Entre aqueles e para além dos ajustamentos indispensáveis nas competências e responsabilidades de cada Instituição da Comunidade em ordem a melhorar a respectiva eficácia e a suprimir o actual défice democrático, parece oportuno referir neste momento alguns aspectos retidos pelo Conselho Europeu e que têm sido arduamente defendidos por Portugal.

Desde logo faz-se uma clara referência ao princípio da coesão económica e social, isto é, da progressiva atenuação das assimetrias nacionais e regionais de desenvolvimento, como expressão da solidariedade entre os Estados-membros. E como, para o efeito, não bastam palavras e antes são necessárias políticas adequadas para se atingirem tais objectivos, o Conselho sublinhou ser indispensável que a União disponha de todos os recursos necessários para o efeito, incluindo naturalmente os de natureza financeira.

No domínio da Europa social e da Europa dos cidadãos, ressalta a orientação no sentido do direito

de voto nas eleições para o Parlamento Europeu no país de residência e também nas eleições municipais. Defende-se, por outro lado, o direito de circulação e de residência independentemente do exercício de uma actividade económica e a adopção de um esquema comum de protecção social fora das fronteiras comunitárias.

Outro aspecto retido pelo Conselho Europeu, da maior importância não apenas face ao nosso relativo atraso, mas essencialmente face à posição geográfica periférica de Portugal, prende-se com a orientação também reforçada de se avançar no sentido de uma grande infra-estrutura de transportes que permita uma rede transeuropeia.

Aqui ficam em síntese três exemplos da evolução positiva que a construção europeia está a registar e que se revestem de indiscutível importância para Portugal. Resta-nos continuar a trabalhar persistentemente, como temos procurado fazer no Parlamento Europeu ao longo desta legislatura, para que o caminho irreversível iniciado com a histórica adesão de Portugal à Comunidade Europeia, se traduza na solidificação de um projecto de sociedade que serve os mais profundos interesses do nosso País e está a concorrer para progressivamente melhorar o nível e a qualidade de vida dos portugueses.

Aos que ainda se opõem a este projecto esgrimindo o débil argumento de que estamos a alienar excessivamente a nossa soberania, apenas respondo que é preferível partilharmos conscientemente com os outros Estados-membros certos aspectos da soberania nacional, do que nos agarrarmos inutilmente a uma soberania ilusória. O que é para nós essencial é garantirmos que a construção europeia não apenas respeite como inclusivamente reforce a identidade nacional, os nossos valores históricos e culturais. E isso esteve garantido até hoje e continuará a ser assegurado no futuro!

António d'Orey Capucho

DISCURSO DIRECTO *(Excertos)*

Marques MENDES sobre a indústria têxtil e de vestuário

Não só devido à sua periferia mas também à sua recente adesão à Comunidade, países há que não puderam ainda modernizar e reestruturar completa e devidamente o sector têxtil e de vestuário, pelo que, neste momento, e mesmo nos anos mais próximos, não poderão essas indústrias competir com as suas similares de países que conseguiram já atingir um elevado grau de modernização.

Não posso deixar de salientar que o meu país se encontra no grupo de países periféricos a que aludi e que a sua indústria têxtil e de vestuário representa 30% do total das exportações da indústria transformadora e 30% do emprego. E permito-me ainda acrescentar que no Vale do Ave, com uma população de quase meio milhão de habitantes, cerca de 72% dos seus activos se ocupa na actividade industrial, cabendo à indústria têxtil e de vestuário uma ocupação de 80% de todo esse emprego industrial.

Em relação a estes países impõe-se a adopção de medidas e de programas inclusive de ordem financeira, tendentes à consecução de uma modernização tão rápida quanto possível do sector e à compensação das possíveis perdas de postos de trabalho que essa modernização possa provocar.

Para além de um período transitório comunitário para integração do sector têxtil e de vestuário nas regras e disciplinas do GATT é imperioso que no interior da Comunidade, e por um período igualmente transitório, se mantenha o sistema de quotas nacionais e se implemente um mecanismo adequado a evitar excessiva concentração de importações em certos mercados. Tudo isto carece de ser tomado em devida conta como exigência decorrente do princípio da coesão económica e social, princípio que, expresso no tratado, não pode nunca ceder a quaisquer tentações meramente mercantilistas.

Rui AMARAL sobre o mercado interno no domínio dos transportes

A Comissão dos Transportes e do Turismo encarregou-me em seu nome de preparar o relatório-quadro sobre o ponto da situação relativo à concretização do mercado interno no domínio dos transportes.

Creio poder afirmar-se que foi possível, até ao presente, conseguir um conjunto de resultados palpáveis e completamente imprevisíveis há dois ou três anos atrás, no domínio da desregulamentação e liberalização de alguns modos de transporte. Penso poder afirmar-se também que explícita ou implicitamente se transmitirão aos cidadãos, e sobretudo aos actuais ou potenciais operadores, elementos razoavelmente expressivos quanto às intenções liberalizadoras que nos orientam.

Reafirmando que não desejamos a desregulamentação pela desregulamentação, a liberalização pela liberalização, mas pretendendo sim um sistema integrado de transportes, competitivo dentro de cada modo de transporte, também entre diferentes modos, e no contexto de um só mercado interno de transportes — o único conceito aliás compatível com a própria ideia de mercado interno —, importava e importa desmantelar um complexo e absurdo sistema ultraprotectivo e de reserva de mercados em cada sector e em cada um dos Estados-membros. Em definitivo, desejamos afirmar que o

mercado interno impõe a não discriminação no acesso à profissão e ao mercado, em razão de critérios que não sejam obrigatória e objectivamente independentes da nacionalidade dos operadores.

A própria noção de serviço público não é incompatível com o livre acesso ao mercado. Livre acesso esse que deve ser, porém, fortemente condicionado por parâmetros claros e precisos: capacidade técnica, financeira e um apertado sistema uniforme de controlo. Mas a liberalização é só uma das três componentes essenciais do processo de criação do mercado interno. Com efeito, não pode haver liberalização sem harmonização suficiente, com risco de desvirtuamento grave da concorrência sã que se deseja. Nem, por outro lado, se fazem alternar tão radicalmente as regras do jogo sem que se regularmente uma válvula-limite de segurança de um mecanismo de crise exigente mas eficaz.

Manuel PORTO sobre as negociações do GATT

O modo como se desenrolou a recente sessão de Bruxelas do Uruguai Round, não conduzindo à conclusão desejada das negociações, não pode deixar de causar estranheza e preocupação, face ao desequilíbrio verificado entre a concentração das atenções e a localização e a dimensão real dos problemas do protecționismo.

Sem dúvida, a Política Agrícola da Comunidade tem sido uma política protecționista, com alguns resultados positivos mas com custos elevados. Trata-se aliás de custos que se repartem por um lado entre países terceiros, incluindo países menos desenvolvidos, que com ela vêem limitadas as suas possibilidades de exportação, e por outro os contribuintes e os consumidores da Comunidade, obrigados a suportar o seu custo orçamental e a comprar os bens por um preço mais elevado. Compreende-se por isso que mesmo no nosso interesse, embora com a salvaguarda devida de valores importantes ligados à vida rural, venham a ser feitos esforços mais decididos no sentido da liberalização dos produtos agrícolas.

Acontece todavia que no contexto mundial a Comunidade Económica Europeia é sem dúvida o espaço económico de maior abertura em relação ao exterior, sendo aliás mesmo a capitação das ajudas à agricultura, ao contrário do que com frequência se afirma, inferior à apurada nos Estados Unidos. É pois inaceitável que as negociações que deveriam ter abrangido também outros catorze dossiers, além do agrícola, alguns igualmente de importância primordial, não tenham tido o progresso desejável como consequência da inflexibilidade principalmente de um país que, com o seu alto nível de protecționismo, deveria ter dado o exemplo, fazendo as primeiras cedências no sentido de uma aproximação; sendo além disso inaceitável, como é óbvio, que a ultrapassagem do impasse venha a ser feita antes à custa da cedência em outros sectores comunitários, o sector têxtil ou qualquer outro, onde há interesses legítimos a salvaguardar, dentro de um espaço de tempo razoável, até se poder entrar numa linha de livre-câmbio geral, a respeitar por europeus e por não europeus, de que todos viremos a beneficiar.

Carlos PIMENTA sobre a rede de distribuição de gás natural

O programa REGEN é bem uma prova de que é possível fazer algo que permita funcionar em termos de coesão económica e social no espaço comunitário.

Este programa destina-se ao desenvolvimento das redes de distribuição de gás natural e electricidade nas regiões periféricas. É precisamente nestas regiões que se verificam

maiores intensidades energéticas por unidade de produto, ou seja, cada unidade de produção do sector industrial tem uma incorporação de energia bastante superior àquilo que existe no centro da Europa. Logo, são estas as economias que são mais vulneráveis, quer porque em alturas de petróleo caro ou de energia cara o custo em divisas das suas importações energéticas aumenta, quer porque as suas exportações diminuem de competitividade por via da maior intensidade energética. Portanto, estas regiões são particularmente carecidas de investimentos que sobretudo as liguem às redes europeias, redes de gás e redes de electricidade.

É também um facto que a utilização do gás natural e a ligação das redes de gás vai permitir, não apenas resolver problemas energéticos mas também problemas de ambiente. É também conhecido que o gás natural é o tipo de energia que menos problemas de ambiente causa em termos de utilização para a produção de calor. Portugal, Espanha e outras regiões da Comunidade bem necessitam de redes de gás natural ligados à Europa. Há hoje entre Portugal e o resto da Europa um vazio, um elo que não está preenchido; é necessário que esse elo seja rapidamente colmatado através da construção da rede europeia de gás natural.

Virgílio PEREIRA sobre a política comunitária de ordenamento do território

Julgo ser evidente a necessidade de criar-se uma política comunitária concertada de ordenamento territorial que estimule a canalização de uma parte dos investimentos para as regiões menos desenvolvidas da CEE.

Vem aí 1993 e com ele a concretização do mercado único e todos nós sabemos que a queda das fronteiras físicas entre os Estados-membros pode agravar as grandes disparidades de desenvolvimento que hoje continuam a existir entre as regiões menos desenvolvidas e as regiões onde se tem concentrado cada vez com maior força o bem-estar económico e social das populações.

Que se reforcem as políticas comunitárias que levam à união política e económica da Europa comunitária, mas que se forme uma sociedade onde a solidariedade humana não seja uma expressão vã. É à luz desta realidade que julgamos também necessária uma política de ordenamento territorial que permita uma gestão do espaço comunitário com vista a uma harmonia do desenvolvimento comunitário, que permita um equilíbrio entre as zonas ultraperiféricas e periféricas e as zonas desenvolvidas, que estimule o equilíbrio entre o campo e a cidade, que defenda espaços protegidos pelo seu interesse biológico e paisagístico e que preserve a qualidade de vida.

Mendes BOTA sobre o orçamento comunitário para o sector do turismo

Numa altura em que se vive uma crise prolongada e preocupante no sector turístico da Europa meridional, com quebras de receitas e de visitantes, e que exige um esforço comunitário significativo de promoção do produto turístico europeu fora das suas fronteiras e noutros continentes, este orçamento trata o turismo como um subsector de terceira ordem arrumado a um canto da arrecadação das preocupações do Conselho e da Comissão.

O fundo da questão é que se torna cada vez mais evidente a necessidade de se definir uma verdadeira política comunitária de turismo, com base jurídica assente nos tratados da Comunidade Económica Europeia, como o Parlamento Europeu vem reivindicando há anos e deveria ser tomado em

conta na próxima conferência intergovernamental. Para tal, é necessário estudar o fenómeno turístico, harmonizar legislações e procedimentos, racionalizar meios estatísticos e mobilizar os agentes económicos. Só que, para isso, são necessários verbas.

Margarida SALEMA sobre o processo legislativo comunitário

São lamentáveis as confusões e os equívocos permanentes que na tramitação do processo legislativo ocorrem, quando órgãos baseados em legitimidades diferentes e com pressupostos de actuação díspares pretendem levar a bom termo uma actuação legislativa sobre temáticas já de si complexas e a obrigar a novos desafios, como é o caso do ambiente e de outras matérias.

Como se já não bastassem as diversidades nacionais, as diferentes ópticas culturais, nomeadamente no plano jurídico, e as tensões entre todas as instâncias do poder político no plano mais específico do relacionamento interinstitucional comunitário. Muitas das divergências seriam muito mais fáceis de enfrentar, se, para além de todas as óptimas intenções e codificações de boas condutas, os processos fossem transparentes e se se atingisse um razoável nível de intercomunicação e de interinformação, para já não falar de interoperabilidade, com o Parlamento Europeu.

Concretizando, de que vale a pena a consulta ao Parlamento Europeu se, após esta se ter efectuado, a proposta inicial sofre tais modificações que qualquer semelhança entre a proposta modificada e a proposta inicial é quase uma pura coincidência?

NOTÍCIAS BREVES

Manuel Porto: relatório sobre sistema de preferências generalizadas (SPG)

A Comissão de Relações Económicas Externas do Parlamento Europeu, na sua reunião do dia 29 de Novembro, aprovou por unanimidade o relatório elaborado pelo Dep. Manuel Porto sobre a proposta da Comissão ao Conselho relativa ao sistema de preferências generalizadas (SPG): orientações para a década de 90.

O sistema de Preferências Generalizadas, concebido pelas Nações Unidas e aplicado pela CEE desde há duas décadas, visou criar um sistema que permitisse aos países em vias de desenvolvimento condições de melhor acesso das suas exportações aos países industrializados.

Devendo definir-se agora o quadro de referência do sistema para a década de 90, Manuel Porto propôs a sua adaptação, como a um estágio intermédio entre as regras actuais e as novas regras gerais definidas no GATT, abrindo caminho para uma integração completa, a mais ou menos longo prazo, nas regras desta última organização.

O eurodeputado português sublinhou, ainda, que os demais países da OCDE e de outros espaços industrializados do mundo devem harmonizar as preferências a conceder, de forma a que não se verifiquem situações de desequilíbrio entre as vantagens concedidas pelos diversos países mais desenvolvidos.

Nesta reunião foi ainda aprovado que a reunião externa da Comissão de Relações Económicas Externas, no ano de 1991, tenha lugar em Coimbra.

Carlos Pimenta negocia criação da GLOBE-URSS

A Globe, uma associação de parlamentares europeus, norte-americanos e japoneses especialistas em questões ambientais, designou o eurodeputado Carlos Pimenta para conduzir as negociações com o Soviete Supremo para a criação da Globe-URSS.

Reunida em convenção, nas instalações do Senado dos Estados Unidos, em Washington, a Globe Internacional mandou Pimenta para iniciar contactos com os parlamentares soviéticos com vista à criação da Globe-URSS, no sentido de esta participar já na próxima convenção, a realizar em Tóquio, em Julho de 1991.

Um grupo de deputados do Soviete Supremo participou, a título de observador, nos trabalhos, que reuniram deputados do Parlamento Europeu, senadores e membros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e uma delegação japonesa constituída por deputados da Dieta e presidida pelo ex-primeiro ministro Takeshita.

Carlos Pimenta deslocou-se a Moscovo no início de Dezembro onde contactou com o Prof. Yablokov, Presidente da Comissão de Ambiente do Soviete Supremo e com outros deputados da mesma comissão.

O eurodeputado português teve igualmente encontros com o Presidente da Federação Russa, Boris Yeltsien e com o Prof. Afanasiev, líder da oposição parlamentar.

Mendes Bota em Worcester

O Deputado europeu do PSD, José Mendes Bota, participou no Congresso Regional dos Liberais Democratas Ingleses que se realizou em Novembro em Worcester.

Na sua intervenção no Congresso, Mendes Bota afirmou que "a união europeia é um sonho velho que agora se realiza num processo evolutivo de sucessivos aperfeiçoamentos e modelações".

"É o momento de exigir dos mais altos responsáveis, a clarividência de saber passar de uma simples cooperação intergovernamental para o campo de uma Europa supranacional, onde todos os cidadãos possam dispor dos mesmos deveres e dos mesmos direitos".

"É de facto um momento histórico de grandes mudanças, e quem não estiver à altura dessas mudanças, deverá obviamente ser mudado".

António Capucho defende respeito pelas especificidades próprias de cada Estado

"O respeito pelas especificidades próprias de cada Estado e de cada região constitui um elemento caracterizador fundamental da Europa comunitária" — afirmou o Vice-Presidente do Parlamento Europeu na sessão de encerramento dos Estados Gerais das Comunas e Regiões da Europa que reuniram no passado mês de Outubro em Lisboa.

António Capucho que, nesta ocasião, representava o Presidente do Parlamento Europeu, defendeu o empenhamento de todos "na construção da Europa do futuro, comunidade de destino e bastião da democracia e da defesa dos direitos e liberdades fundamentais. Uma Europa que respeita e valoriza a diversidade dos seus Povos e culturas".

Relatório de Carlos Pimenta sobre o regulamento ACNAT

O Parlamento Europeu aprovou na sua sessão de Dezembro o relatório do Deputado Carlos Pimenta sobre o regulamento ACNAT.

A proposta de um regulamento relativo a acções comunitárias para a conservação da natureza (ACNAT) visa a criação de um instrumento financeiro europeu, através do qual possam ser disponibilizadas quantias com vista ao cumprimento das obrigações dos Estados-membros constantes da directiva relativa à protecção dos habitats naturais e semi-naturais e da fauna e flora selvagens e da directiva relativa à conservação das aves selvagens, bem como das obrigações assumidas nos termos de convenções internacionais no que diz respeito à conservação da natureza.

Para Carlos Pimenta é importante dotar a ACNAT de meios financeiros, nomeadamente, através dos Estados-membros, tendo em conta que a conservação da natureza foi considerada prioritária na Cimeira de Dublin.

Margarida Salema relatora responsável pelas bases jurídicas

Margarida Salema, deputada ao Parlamento Europeu e membro efectivo da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu, foi nomeada relatora responsável pelas bases jurídicas da legislação comunitária, desde 1 de Novembro e por um período de 6 meses, o que implica uma tarefa permanente de relatar todos os conflitos que surjam sobre a fundamentação jurídica das propostas, regulamentos e directivas.

Vasco Garcia defende a pesca artesanal

O Dep. Vasco Garcia é o autor do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre a pesca artesanal.

Intervindo no debate que ocorreu na sessão plenária de Novembro sobre a alteração do regulamento 4028/86, Vasco Garcia congratulou-se com a incorporação da frota artesanal ou de pequena pesca na política estrutural, salientando que "entre as propostas que fizemos e que agora foram retomadas pela Comissão avultava a necessidade de se incluírem nas ajudas estruturais as embarcações com menos de 9 metros, até então excluídas".

Aliás, disse ainda o deputado social democrata, "a inclusão da pesca artesanal nos títulos relativos à reestruturação e renovação, modernização e adaptação das capacidades vai marcar definitivamente uma nova era de esperança para os pescadores de 45.000 embarcações comunitárias em que a grande maioria pertence a zonas desfavorecidas, periféricas e insulares onde, por vezes, a pesca é o principal sustento".

Folclore e artesanato português no Palácio da Europa

Por iniciativa do Dep. Virgílio Pereira e com o apoio do Secretário Regional do Turismo, Cultura e Emigração da Madeira, João Carlos Abreu, realizou-se no passado dia 21 de Novembro no Palácio da Europa, em Estrasburgo, uma exposição de artesanato e folclore madeirense que incluiu uma prova de vinhos daquela Região Autónoma.

A convite dos Dep. Vasco Garcia e Manuel Porto estiveram, também, em Estrasburgo, onde apresentaram um espectáculo, o Orfeão Edmundo de Oliveira dos Açores e o Grupo de Fados da Associação Académica de Coimbra.

PROJECTO EUROPA

INFORMAÇÃO

Publicação do Grupo Europeu do Partido Social Democrata
BUREAU (REM 408)
Parlamento Europeu — Rue Beliard, 97-113
1040 BRUXELLES • Telef.: 284 51 01